



Apresentação (vol. 15, n. 30)

Ana Claudia Aymoré Martins

Doutora em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestra em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Professora associada dos cursos de graduação (Licenciatura e Bacharelado) e Pós-Graduação (PPGH) em História da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Editora da Revista Crítica Histórica e líder do grupo de Pesquisa Literatura e História (LiterHis/Ufal/CNPq).

 0000-0003-4113-6011

Ana Paula Silva Santana

Doutora e Mestra em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Professora adjunta dos cursos de graduação (Licenciatura e Bacharelado) e Pós-Graduação (PPGH) em História da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Editora adjunta da Revista Crítica Histórica.

 0000-0002-2209-7259

 <https://doi.org/10.28998/rchv15n30.2024.0002>



Apresentação (vol. 15, n. 30)

A *Revista Crítica Histórica* completa seus quinze anos de existência nesta que é a sua trigésima edição. Nossa revista, que sempre prezou pela divulgação da produção historiográfica no Brasil e pelo diálogo entre os mais diferentes temas e pesquisadores/as, publicou, ao longo desses anos, artigos, entrevistas, resenhas e documentos que dialogaram com problemáticas relevantes à produção na área, tais como o golpe civil-militar de 1964 (2024, 2014), o ensino de história (2023, 2022, 2017), a história da África (2021, 2016), o pós-abolição no Brasil (2021), masculinidades, histórias das mulheres e relações de gênero (2020, 2019), história das religiões (2016) e história dos movimentos sociais no Brasil (2013, 2012), dentre outras.

Agora, no número 30 de seu volume 15, a *Revista Crítica Histórica* inicia uma nova fase de publicações em fluxo contínuo, abraçando a pluralidade de pesquisas na historiografia contemporânea, tão diversa e comprometida com os mais diferentes sujeitos, narrativas, metodologias e linguagens da atualidade. Nossa intenção com esse novo momento da revista é torná-la cada vez mais aberta ao recebimento dos trabalhos produzidos ao longo do ano, bem como à ampliação da circulação e do diálogo com os pares, historiadores e historiadoras de nossa contemporaneidade.

Como primeiro artigo do presente número, temos o texto intitulado *O 13 de maio em Alagoas: Registros de festejos sobre a Lei Áurea nos periódicos provinciais*, de Fábio Francisco Almeida Castilho. Neste artigo, Castilho dedica-se a uma análise qualitativa exploratória acerca dos comentários e notícias sobre a sanção da Lei Áurea em periódicos de Alagoas. A partir da opinião expressa pelos redatores dos 24 periódicos em circulação no período da abolição e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, o autor observa como se deu a representação de homens e mulheres libertos com a abolição, assim como os registros das festividades e comemorações ocorridas em decorrência daquele evento. Para além das análises dos jornais em questão, destacamos ainda o diálogo com a bibliografia pertinente ao tema, especialmente no que se refere aos periódicos e festejos de Alagoas no século XIX.

Na sequência das publicações, temos o artigo *A Nova Esquerda europeia e estadunidense e as ideias de Thompson e Marcuse*, escrito por Antonio de Pádua Borchelt Camêlo. Ao longo do artigo, Camêlo realiza um estudo bibliográfico acerca do que seria a Nova Esquerda presente na Europa e nos EUA entre os anos de 1950 e 1960. O autor busca uma contribuição política, social e histórica com os estudos referentes à

esquerda de uma forma geral. Assim, em um primeiro momento do artigo, dedica-se a considerações metodológicas concernentes aos estudos da chamada Nova Esquerda; em um segundo momento, faz uma apresentação de acontecimentos históricos que teriam contribuído para a formação da Nova Esquerda; em um terceiro momento, analisa três casos correspondentes ao tema (um caso francês, um britânico e um estadunidense) e, por fim, apresenta os trabalhos de Thompson e Marcuse acerca da Nova Esquerda em uma perspectiva internacional.

Passando para o polo oposto do espectro político-ideológico no século XX, o artigo de Tulio Magalhães Rodrigues *O resgate à nostalgia: o movimento intelectual conservador e a National Review* aborda a gênese e o desenvolvimento do pensamento batizado pelo historiador George H. Nash de “intelectual conservador” nos Estados Unidos do pós-segunda guerra, suas articulações entre tradicionalismo cristão, defesa do livre mercado e anticomunismo, e sua importância na fundação da revista *National Review* em 1955. Perpassando entre o campo das ideias e a arena política, esse movimento, potencializado por sua difusão através da revista, teria sido, conforme nos mostra o autor, um dos elementos fundamentais na formação da chamada Nova Direita estadunidense, a qual se desdobra, nos dias atuais, na eleição do magnata Donald Trump em 2016, e no seu retorno recente à presidência, neste ano de 2024.

Como quarta publicação desta edição, temos o artigo de João Paulo Rossatti e Raphaela Rezzieri intitulado *Como confiscar a democracia de um país sem aplicar um golpe? Veja e a política brasileira do Plano Cruzado à eleição parlamentar de 1986*. Neste texto, que dialoga com o anterior, Rossatti e Rezzieri analisam a presença de um determinado discurso neoliberal na revista *Veja* durante os primeiros anos do governo de José Sarney (1985-1986). Assim, os/as autores/as examinam a ideologia promovida pela revista, sua circulação na esfera pública e sua conseqüente influência na construção da democracia que se instaurava no Brasil. Para o desenvolvimento das análises, Rossatti e Rezzieri mobilizam referenciais teóricos como Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek.

Segue-se o artigo *A construção da narrativa histórica sobre os povos indígenas no Brasil Império: Análise do livro didático de Joaquim Manuel de Macedo (1830-1920)*, no qual Jonathan Vieira da Silva elabora uma análise das narrativas históricas construídas acerca dos indígenas no primeiro livro didático de História do Brasil, *Lições de História do Brasil* (1861), escrito por Joaquim Manuel de Macedo. O autor conduz essa análise à luz do conceito de didática da história, desenvolvido por autores como Jörn Rüsen, Ana

Claudia Urban e Maria Auxiliadora Schmidt. Dessa forma, em um primeiro momento, trabalha as distinções entre as categorias de Educação Indígena, Educação Escolar Indígena e Ensino da Temática Indígena; discute o desenvolvimento da narrativa histórica no período colonial, bem como sua conexão com o conceito de consciência histórica; e, por fim, analisa detalhadamente o livro de Macedo, apontando elementos etnocêntricos presentes na obra.

Ainda no campo do ensino de história, este número conta com a produção de Antonia Cristina Rocha Fioravante, Luiz Antonio Piesanti e Carla Villamarina Centeno, intitulada *Fontes textuais no ensino de História Regional: em pauta a ditadura civil-militar no estado de Mato Grosso do Sul*, sexto artigo presente neste número. Nele, os/as autores/as abordam, partindo da importância de construção de um letramento crítico no ensino de história, a possibilidade de utilização de fontes regionais para a compreensão dos impactos da ditadura civil-militar no que consistia, até 1979, o sul do estado de Mato Grosso, hoje estado do Mato Grosso do Sul. Dialogando com os estudos literários e tendo como fundamento de análise o conceito de memória – pessoal/coletiva, voluntária/involuntária, mas também, e sobretudo, como forma de *legitimação* ou de *resistência* ao autoritarismo político –, o artigo faz um levantamento de obras literárias de escritores/as locais, como Pedro Luiz de Souza, Demosthenes Martins, Apolonio de Carvalho, Nilson Britez, Fausto Mato Grosso, Oscar Ramos Gaspar e Laura Samudio Chudecki, as quais transitam entre os gêneros do memorialismo e da biografia, estabelecendo os pontos de convergência entre seu uso em sala de aula e as diretrizes curriculares nacionais e estaduais para a área, em especial aquelas que destacam as habilidades adquiridas através da inserção do recorte local ao ensino de história.

Por fim, mas não menos importante, este trigésimo número de nossa revista se encerra, na seção *Documentação*, com a transcrição de um documento do Arquivo Histórico Ultramarino, referente à capitania do Pará em meados do século XVII, apresentado por Fabiano Vilaça dos Santos. Trata-se d'O “*protesto*” – cuja polissemia, quando posta à luz dos conflitos políticos e religiosos da época, tanto na Europa quanto nas colônias, revela a singularidade da documentação em questão – *do capitão-mor Francisco de Seixas Pinto contra sua prisão e suspensão pelo governador Rui Vaz de Siqueira*, aparentemente em virtude dos crescentes conflitos entre os jesuítas e a população local. Situado entre as esferas da ordem pública e seus dispositivos de poder, de um lado, e das desavenças privadas e seus desdobramentos por vezes desmesurados, do

outro, o “protesto” é um **rastro** (Ginzburg, 2007) documental que dá margem a futuros estudos sobre as complexas dinâmicas da administração colonial e entre seus agentes.

É com essas importantes contribuições para a reflexão historiográfica na atualidade que a nossa *Revista Crítica Histórica* comemora, com orgulho, seus quinze anos como periódico de acesso livre e gratuito, voltado à publicização, difusão e democratização do conhecimento na área.

Boa leitura!

Referências

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.